

COMO AS QUESTÕES AMBIENTAIS SÃO ABORDADAS NAS EMPRESAS JUNIORES? UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9762517092>

Raphaella Reis Pereira
UFLA, Lavras, MG, Brasil

Felipe Santana Machado
Governo de Minas Gerais, Escola Estadual Celina de Rezende Vilela, Cordislândia,
MG E Prefeitura de São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais, Brasil

Aloysio Souza de Moura
Agência Zetta UFLA, Lavras, MG, Brasil

André Luiz Ferreira da Silva
UEMG Campanha, Campanha, Minas Gerais, Brasil

Rosângela Alves Tristão Borem
UFLA, Lavras, MG, Brasil

INTRODUÇÃO

O aumento da extração e do consumo de recursos naturais em decorrência dos padrões econômicos, políticos e sociais estimulados pelo sistema econômico, leva a efeitos negativos ligados ao meio ambiente, como mudanças climáticas globais, acidificação dos oceanos, perda de biodiversidade, poluição do solo e da água, entre outros (FURTADO, 1974; LEONARD, 2011; ROCKSTRÖM, 2009)

Diante disso, conforme Motta (2002), a questão ambiental vem sendo inserida “[...] na agenda e programas de governo e agendas políticas, no cerne das organizações populares e no planejamento empresarial”. Em nível global, há a Agenda 2030, que é definida pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) e é responsável por renovar orientações e metas com foco nas questões

ambientais e sustentabilidade. Aborda temas como saneamento básico, gestão de resíduos sólidos e modelos sustentáveis de consumo e produção (UNITED NATIONAL, 2015). No Brasil, as questões ambientais são tratadas principalmente no campo do direito. Apesar do atraso de quase uma década para atender a questões ambientais como de fauna (ver MACHADO et al., 2013), a Constituição Federal de 1988 até leis mais recentes, como o novo Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei 12.651/2012 abordam questões ambientais brasileiras (BRASIL, 2012).

Correlacionando esse entendimento com a supracitada lei, compreende-se que fazendo uma menção sobre a questão ambiental de forma mais geral, para a Educação Ambiental (EA), é necessário explicar que elas não são a mesma coisa. A questão ambiental, é uma preocupação geral e nem sempre há um viés pedagógico e educativo. A importância desse tema se traduz na necessidade de compreender e incluir empresa juniores como elementos essenciais na formação de novos profissionais que irão gerir projetos de múltiplas naturezas dentro do segmento empresarial e que sejam conscientes de sua obrigação social e ambiental.

Diante desse cenário, é preciso (re)pensar a Educação Ambiental em prol de sua valorização, desenvolver perspectivas que considerem o meio ambiente em seus aspectos externos a natureza, ou seja, em suas dimensões histórica, cultural, social e política (TOZONI-REIS, 2019).

Assim, as reflexões teóricas que consideram os constructos publicados sobre o tema, e as práticas que são evidenciadas por Freire (2016) são importantes para este estudo e para a EA ao: explorar abordagens para além do conceito de “bancário”; discutir a transição da consciência ingênua para a crítica por meio de abordagens libertadoras; de resolução de problemas e de fundamentação. A educação para a superação da opressão e dos efeitos do capitalismo na desintegração entre a humanidade e a natureza; aposta na educação como processo de diálogo, por meio do qual as pessoas se educam, juntas, diante do mundo. Não podendo ser reduzidas ao mero nível de expressão de suas emoções; e acreditar em uma educação que priorize o desenvolvimento do pensamento crítico para superar tais situações, refletindo uma preocupação com a injustiça social e a exclusão que afeta as classes laborais (FREIRE, 2016; LOUREIRO, 2006).

Dessa forma, observando o que foi citado, se compreende que, o Movimento Empreendedor de Base (no qual inclui-se o Movimento de Empresas Júniores - MEJ), nascido na França em 1967 e vindo para o Brasil em 1988, é um movimento consolidado e organizado em nível internacional, que tem como um de seus objetivos levar o empreendedorismo para as universidades, além da formação acadêmica básica. A missão desse movimento é formar, por meio da experiência empresarial, empreendedores comprometidos e capazes de colaborar para mudanças, com base nos valores de comprometimento com resultados, sinergia, orgulho de ser MEJ, transparência e atitude empresarial.

É interessante observar que o MEJ, cresce a cada ano no Brasil, país com maior número de Empresas Juniores. Segundo Gustavo Pedra, o número de Empresas Juniores no Brasil passou de 119 para 359 no período de 2008 a 2012, chegando atualmente a mais de 900 empresas, em todas as 27 federações. As principais dificuldades das EJs são o conhecimento em profundidade, em geral, conforme mostra Freire (2016), alcançado só depois de um diploma; a impossibilidade de assinar certos projetos por falta de diplomas e reconhecimento por associações de classe; e a falta de apoio de alguns professores, que na maioria das vezes incentivam mais pesquisas para fins acadêmicos, que a experiência técnico/prática (FERREIRA 2010).

Nesse sentido, essas empresas podem ser vistas como promotoras de jovens futuros empreendedores, o que está alinhado ao posicionamento atual das políticas públicas educacionais brasileiras que priorizam o tema empreendedorismo ao incluí-lo nos currículos das instituições de ensino superior por meio das diretrizes curriculares nacionais do ensino superior (SILVA; SILVA; FRANCO 2013).

Esta pesquisa se coloca em conformidade com as ideias da EA Crítica, pois acredita-se que as demais perspectivas, referentes à responsabilidade das empresas, podem contribuir para despolitizar a pedagogia e a escola, preservando a noção do conhecimento como um processo natural e isolado das funções sociopolíticas da educação. Isso acaba por ocultar as relações de controle e poder que são frutos das estruturas de produção do sistema capitalista. Na EA Crítica, acredita-se que o ser humano é um ser das práxis, consequentemente, político em essência. Partindo desse referencial, passa-se aqui a considerar a EA dentro de um ponto de vista crítico, como sendo um espaço de contestação, resistência e transgressão.

A justificativa deste capítulo se dá pela importância de se ter estudos sobre as questões ambientais nas EJs, já que muitas vezes esse local é o primeiro contato dos discentes com o mercado de trabalho. Neste ambiente, eles são formados para posteriormente estarem inseridos e aptos para seguirem suas carreiras profissionais. Pensando nisso, faremos essa análise sobre a tratativa dessas questões que se referem à responsabilidade socioambiental e ao comprometimento das ações de EJs no que se refere ao seu envolvimento com as questões de conservação ambiental.

Assim, esta pesquisa tem como um de seus focos examinar as práticas sustentáveis das EJs e como elas estão inseridas nas concepções sobre Educação Ambiental. A questão a ser respondida neste trabalho é: de que forma as Empresas Juniores conseguem estipular e cumprir metas referentes aos escopos de responsabilidade socioambiental, fazendo com que a partir de sua ação haja uma promoção de benefícios e melhorias para a comunidade em que esta empresa se encontra presente?

O objetivo geral desse capítulo é analisar por meio de pesquisa qualitativa, de que forma as Empresas Juniores realizam ou se comprometem com causas e ações relativas

à responsabilidade socioambiental. Secundariamente pretende-se i) apontar por meio de uma pesquisa quali-quantitativa, de que forma as Empresas Júniores conseguem se alinhar com o compromisso de responsabilidade socioambiental implícitos na sociedade; ii) examinar as práticas sustentáveis das Empresas Júniores e suas ações sociais; iii) analisar seu engajamento com o desenvolvimento socioambiental; iv) dissertar a respeito da prática de ações de responsabilidade socioambiental e a sua importância dentro das Empresas Júniores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Ambiental (EA)

A educação ambiental, de acordo com Freire (2016), se consolida como uma necessidade e se torna relevante a análise da sua execução em todos os segmentos sociais, inclusive no campo empresarial. Após estudos para a construção desta pesquisa foram identificados apontamentos, que se confrontam com o período de surgimento dos primeiros movimentos ambientais. Mas essa pesquisa entrou em conformidade com o apontamento apresentado por Mininni (2004), onde menciona que, foi a partir da década de 50, surgiram os primeiros movimentos que evidenciaram uma preocupação com o meio ambiente, sendo que em 1947 foi fundada a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), na Suíça.

Desde então, conforme Guimarães (2014) menciona em suas pesquisas, começaram a ocorrer manifestações para o desenvolvimento de uma consciência ambiental mundial. Em 1968, foi criado o Clube de Roma, que reuniu aproximadamente 30 indivíduos, representantes de dez países. Após quatro anos da criação do Clube de Roma, foi realizada a Conferência das Nações Unidas para Defesa do Meio Ambiente Humano, no dia 05 de junho de 1972 (data que hoje corresponde ao Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia), em Estocolmo, na Suécia. Nesse evento, foram debatidos temas relacionados à destruição do meio ambiente.

Segundo Mininni (2004), a Educação Ambiental começa a tomar corpo a partir da Conferência de Belgrado, promovida pela UNESCO, em 1975, na Iugoslávia. Nesse encontro, foram formulados os princípios e orientações para o desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental que se constituem a partir da adoção de uma postura socioambiental coerente e eficiente com papel conscientizador nas organizações, junto ao compromisso organizacional de se adequar às mudanças e novas demandas presentes no ambiente social.

Aos poucos, a EA começa a se fortalecer até ganhar maior importância em 1977, com a Conferência de Tbilisi, ocorrida na Geórgia (ex-URSS) que, para Guimarães (2000), apresentou recomendações relevantes para o desenvolvimento da EA. Em

1992, ainda conforme Guimarães (2014), ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro. Desse encontro nasceu a Agenda 21, que é um programa de ação para a implementação dos princípios proclamados pela Carta da Terra, formulada no Fórum Global (evento paralelo à Eco-92, também conhecida como Rio 92) que reuniu milhares de ONG's.

No Brasil, a EA desde 1984, se tornou tema de dissertações, sendo a primeira tese de doutorado defendida em 1989 na Universidade de São Paulo (CARVALHO, 2019). Estudos apontam que, em meados dos anos 90, a educação ambiental passou a ser uma parte inserida em diferentes departamentos de pós-graduação. A informação sobre essa produção começou a circular, aumentando o interesse pela sua fundamentação política e pedagógica. Políticas públicas relacionadas com a educação ambiental foram elaboradas, colocando em evidência a urgência de pesquisas.

A educação ambiental estimula o desenvolvimento da postura crítica necessária à conservação ambiental, de modo que se veja como uma ferramenta para a construção da cidadania planetária. É por isso que, segundo Ramalho (2015):

Deve agora ser encarada como uma questão sem resposta para os educadores em geral. Não só para os responsáveis pela educação sistemática, que acontece em um ambiente especializado como a escola, mas sobretudo para a sociedade como um todo, por meio de seus representantes, dando exemplos positivos e a negatividade para crianças e jovens se reflete neles na vida cotidiana (2015, p.11).

O tema do meio ambiente já apareceu no direito brasileiro antes, quando foi aplicado aos órgãos ambientais. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que promulga a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), tratou dessa questão no âmbito do art. 6º: *"Os Órgãos e Organizações da União, Estado, Distrito Federal, Território e Municípios, bem como os criados pelo Poder Público, são responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade do meio ambiente"*. Alguns desses órgãos são os Conselhos Federais, Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, as Comissões Legislativas Federais, Estaduais ou Municipais dedicadas no todo ou em parte ao meio ambiente, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e outros, IBAMA, Fundo Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (FEPAM). Os técnicos dessas organizações propuseram, segundo Pedrini (1998), disposições para a implementação da política de EA no Brasil.

Cabe salientar também que, durante os anos 80 e, principalmente, nos anos 90, vários eventos e conferências internacionais trataram da temática ambiental. Durante a Rio-92 foram firmados acordos internacionais e, dentre eles, um documento denominado "Carta Brasileira para a Educação Ambiental". As declarações surgidas a partir das conferências internacionais, segundo Pedrini (1998), *"são importantes fontes*

de consulta para a prática da EA, não tanto pelas suas contradições e pressupostos políticos, alguns claramente neoliberais, mas pelos avanços técnicos apresentados nos pressupostos pedagógicos arrolados”.

Em 1998, observou-se um “ensaio” de preocupação da inserção ambiental na educação por parte do governo brasileiro, quando o MEC lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que eram divididos por disciplinas e séries, mas que também traziam um livro intitulado Temas Transversais. Dentre os temas sugeridos neste livro, que refletem problemáticas sociais atuais e urgentes, encontra-se o Meio Ambiente (FREIRE 2016).

Após um longo período a EA começou a receber apoios e incentivos para a construção de um modo de vida ecologicamente correto, necessário à construção de sociedades sustentáveis. O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), lançado em 2003, pelo Governo Federal, apresenta como um de seus objetivos: promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.

Nos anos que se seguiram, edições do ProNEA, do PPA e outros documentos começaram a inserir a EA em seus programas e ações, por exemplo, a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental em 2002, a Conferência Nacional do Meio Ambiente (CONFEMA) a partir de 2003 com periodicidade anual, entre outros. Dessa forma, é possível perceber que, acompanhando a reforma da educação básica no Brasil, principalmente nos anos 90, a EA vem abrindo caminho nos debates dos educadores e em suas práticas docentes nos espaços escolares.

Educação Ambiental em empresas

As questões ambientais não são um tema recente, mas foi apenas nas ao final do século XX que começou a ser profundamente debatida (SEIFFERT, 2005; BARBIERI, 2004). Trata-se de uma discussão ambiciosa, que deve envolver o poder público, as empresas, a sociedade e academia (THOMAZ 2016).

De fato, mitigar os problemas ambientais atuais exige que a academia integre a ecologia em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a fim de promover a educação ambiental transdisciplinar, o que é um desafio e uma obrigação social, profissional e acadêmica. Diante disso, alguns egressos acadêmicos passaram a incluir o aspecto ambiental em suas operações nas empresas (FERREIRA; GONZALEZ 2019).

No entanto, a introdução dessa variável dentro da empresa não é feita de maneira homogênea, variando de unidade para unidade de produção, pois se leva em consideração a variável ecológica, das operações da empresa, ou porque

depende do nível de conscientização da alta administração em relação às questões ambientais (VELASCO, 2017).

Para que as empresas implementem um sistema de gestão ambiental, é necessário reformar a estrutura organizacional e a cultura da empresa, desde a forma de produção. Passando pela manutenção e redução dos resíduos que ela gera, passando pela conscientização de todos os integrantes da empresa, por meio da análise dos impactos ambientais, bem como do uso consciente dos recursos naturais.

Para Viterbo Júnior (2008, p. 15):

A gestão ambiental nada mais é do que a forma como uma organização administra a relação entre suas atividades e o ambiente em que está inserida, observando as expectativas dos stakeholders [...] o gerenciamento de proteção é o negócio, não o meio ambiente. Somente melhorando nossos produtos, processos e serviços podemos reduzir seu impacto ambiental.

Com base nessa consideração, fica claro que o investimento em ações educativas, diretamente relacionadas às pessoas, é necessário para promover o desenvolvimento da consciência ambiental. O programa de educação ambiental deve ser um conjunto sistemático de atividades com a participação ativa de diferentes partes da empresa e ajudar a desenvolver indicadores ambientais e operacionais. Apenas demonstra as vantagens do programa de educação ambiental, bem como da Gestão Ambiental. Só assim podemos realmente tratar a educação ambiental como uma ferramenta fundamental do Sistema de Gestão Ambiental e não como um programa isolado com um propósito nobre, mas distante da realidade das operações da empresa e do meio ambiente e sempre fácil de ser visto como o primeiro item a ser cortado nas revisões orçamentárias (LEONARD, 2011).

Para a gestão ambiental, temos o sistema de gestão ambiental (SGA) nas empresas, segundo Giesta (2009), ele é discutido como uma opção para alcançar uma melhor relação entre o aspecto economia empresarial e a conservação ambiental. O crescente interesse pelas questões ambientais levou à criação da Organização Internacional de Normalização (ISO). A série de padrões ISO 9000 está relacionada a programas de gestão da qualidade. A série de normas ISO 14 000 trata de sistemas de gestão ambiental. Trata-se de um conjunto de normas para orientar e certificar as empresas que buscam a qualidade ambiental, traçando padrões de desempenho com base na política ambiental.

Em relação às normas ambientais, Moura (2011, p. 5) disse que: A primeira norma desta série de normas é a ISO 14001, que especifica especificações para a certificação e avaliação dos sistemas de gestão ambiental de uma organização [...]. *Esta norma foi publicada em caráter experimental em 1992, passou dois anos sendo avaliada por empresas [...]* e teve sua edição final publicada em 1994. A relação entre crescimento econômico e meio ambiente é há muito

contestada. No entanto, a degradação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, a poluição (água, solo, ar) e a criação de situações em que o risco de desastres ambientais tem aumentado nas últimas décadas.

História das Empresas Juniores (EJ)

A Empresa Júnior (EJ) é uma associação sem fins lucrativos, localizada nas universidades, que disponibiliza vagas acadêmicas no mercado de trabalho antes da obtenção do diploma. Segundo Ziliotto e Berti (2012, p. 213) *“A EJ proporciona a aplicação prática de conhecimentos teóricos no campo prático de formação que os alunos têm na universidade”*. Além de desenvolver uma atitude séria em relação às questões apresentadas pelo cliente, a EJ também promove a responsabilização, a capacidade de negociação e o trabalho em equipe (OLIVEIRA, 2017).

No Brasil, se tem de acordo com dados do Ministério da Educação, apresentados na Figura 01, que se analisa a presença de EJs em universidades públicas e privadas espalhadas por todo o país, um quantitativo relevante dessas organizações como pode ser analisado no gráfico 01 a seguir:

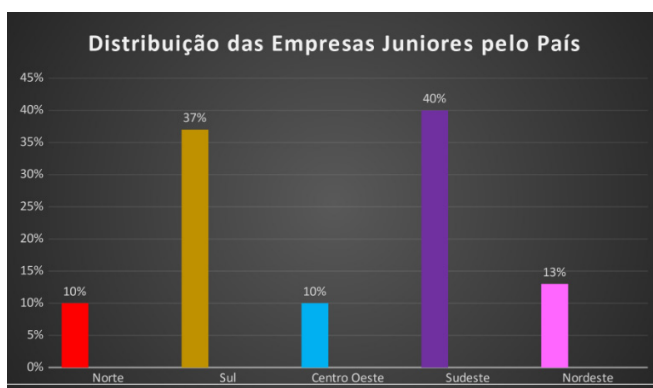


Figura 01 – Distribuição das Empresas Juniores nas regiões do Brasil.

Fonte: Banco de dados do Ministério da Educação

Observa-se que a disponibilidade de EJs pelas universidades públicas e privadas espalhadas pelo país se concentra em sua grande maioria entre as regiões sul e sudeste, ficando a região nordeste com o terceiro maior índice e as regiões centro-oeste e norte com um percentual de 10% cada uma. Independentemente de sua relevância, elas constituem um espaço de aprendizagem pouco explorado

pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e devem ser revividos, tendo em vista os benefícios que trazem a todos os interessados (ANDRADE, 2009).

Embora a EJ seja uma fonte de material de aprendizagem teórica atrelada às experiências de situações da vida real no campo da formação de jovens estudantes e seja de considerável importância para eles, a disponibilidade de informação e conhecimento sobre este tema ainda é limitada (VASQUEZ, 2012). Portanto, é importante traçar um panorama teórico do papel da EJ na formação de estudantes universitários, a fim de contribuir para uma melhor compreensão de suas singularidades.

O MEJ foi estabelecido na França em 1967 como resultado de um projeto do governo francês para promover a criação de novos negócios. Em 1969, mais de vinte EJs atuantes na França formaram a Confederação Nacional de Empresas de Base (CNJE), com o objetivo de promover e representar as EJs na França e proteger e defender a marca EJ no país. Na década de 1980, esse movimento, que inicialmente era formado apenas por estudantes de administração, se espalhou para outras áreas, como arquitetura, engenharia, entre outras (MATOS, 1997).

As EJs são constituídas de alunos matriculados em cursos de graduação em instituições de ensino superior, organizados em uma associação civil com a finalidade de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento do país e de formar profissionais capacitados e comprometidos (Brasil Júnior, 2014). Sem foco no lucro, a moeda de troca das EJs é o conhecimento, já que ele é almejado em cada projeto realizado pelos estudantes empresários (Batista et al., 2010). Assim, essas associações têm sido compreendidas como um *locus* interessante de aprendizagem para os seus membros, sendo relevantes para além do aprimoramento das competências profissionais dos empresários juniores, quanto na sobrevivência, continuidade e prosperidade da EJ no mercado (BARRETO et al., 2013).

A participação dos discentes nas atividades das EJs no período acadêmico torna-se estimulante, pois complementa o ensino em sala de aula e auxilia na inserção do aluno no mercado de trabalho, ampliando seus conhecimentos, habilidades e técnicas. Ela contribui para a formação de empreendedores relacionados à criatividade e inovação, pois sua exposição direta às organizações despertará o interesse em se tornarem fundadores de empresas. *“A associação entre a Empresa e a Universidade é extremamente benéfica, e não só para os discentes, mas para a própria Universidade”* (SOBREIRA, 2001, p. 57).

Do ponto de vista institucional, as universidades sentem a principal vantagem de incentivar EJs, pois a qualidade da formação de alunos e ex-alunos impulsiona a instituição. A necessidade de organização aumenta não só pela presença das EJs, mas por meio dele pode-se vender uma imagem positiva da organização

(MATOSKI; FRANÇA, 2006). A EJ possibilita aos seus membros a identificação de falhas e oportunidades no mercado de trabalho, antes mesmo de fazerem parte dele (DALMORO et al., 2008).

METODOLOGIA

Inicialmente foi feito um levantamento dos documentos disponíveis no site da Universidade Federal de Lavras (UFLA), da Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura (PROEC) e nas páginas individuais das Empresas Juniores. Onde buscou-se menções sobre as questões ambientais. Foi realizada uma análise crítica, para identificar e averiguar como é trabalhada essa questão nas empresas e como elas interferem no processo formativo dos membros das EJ's.

Em segunda ocasião, as palavras chaves se basearam nos termos: Pensamento crítico; Práticas sustentáveis; Percepção ambiental; Consciência ecológica; Ambiência. Após selecionadas essas palavras, pesquisamos nas plataformas de pesquisas acadêmicas.

No terceiro momento, os Gestores passaram por uma entrevista, onde buscou-se entender: (I) Como a sua Empresa Junior entende as questões ambientais? (II) Em um panorama geral, vamos verificar como a questão ambiental é trabalhada na EJ? (III) Gostaríamos de saber relatos do dia a dia e de projetos voltados para a questão ambiental presente em seu cotidiano. (IV) E Por fim, ver se eles participam ou participaram de algum projeto, palestra, simpósio sobre meio ambiente. E se sim, qual?

Foram realizadas entrevistas que fundamentam na metodologia de "Entrevista Compreensiva de Kaufmann", contemplada nesta pesquisa, o processo de desvelamento do objeto de estudo se constrói pouco a pouco por meio de uma elaboração teórica que aumenta, dia após dia, a partir de hipóteses forjadas no campo da pesquisa. Deveria, assim, realizar uma articulação criativa e o mais estreita quanto possível entre os dados e as questões – hipótese.

De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a investigação qualitativa possui cinco características: a) o fato de o investigador constituir-se em instrumento principal de ação, sendo o ambiente natural a fonte direta de dados; b) a presença e o destaque dado à descrição; c) o interesse dos investigadores em focalizar mais o processo do que simplesmente os resultados ou produtos; d) a tendência de os investigadores em analisar os seus dados de forma indutiva e, por fim, e) a importância vital dada ao significado da pesquisa realizada.

Adotou-se também a pesquisa exploratória, que se caracteriza pela especulação de temáticas que tenham pouco conhecimento acumulado e

sistematizado. “Por sua natureza de sondagem, não comportam hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (VERGARA, 2000). Além da disponibilidade dos discentes e gestores em responder a entrevista de forma coesa e legítima e da disponibilidade dos documentos das Empresas Júniores que não constam no site.

A seleção para os entrevistados, se deu por meio do contato com o gestor de cada empresa júnior. Mas das 16 EJs que se tentou um contato, foi obtido o retorno de 8 discentes que ocupam o cargo de gestão.

Sobre as perguntas realizadas, como não se tratava de uma entrevista com perguntas semiestruturadas, buscou-se saber por parte dos respondentes, contextos como os que são apresentados no quadro que segue adiante exposto (Tabela 1):

PERGUNTAS

De que forma a empresa executa suas ações de responsabilidade socioambiental?
Quais as principais ações já executadas pela empresa referente a esse tema?
A empresa possui projetos que se relacionem com esses princípios?
A empresa tem a meta de se envolver em ações de cunho social e ambiental?
A empresa possui participação ativa em campanhas humanitárias?
A empresa tem metas para se enquadrar em ações de responsabilidade socioambiental nos próximos anos?
A empresa realiza um balanço anual de suas ações relativas a essa responsabilidade socioambiental?

Tabela 1: Tabela com as perguntas realizadas para os integrantes das EJs da UFLA.

Mesmo havendo a autorização dos participantes para gravação da entrevista no decorrer da participação na amostragem e tratamento das informações recolhidas se adota os critérios éticos de tratamento de dados e informações e a identidade dos participantes é preservada. Os áudios das gravações seguem disponíveis e preservados, e em caso de necessidade de conferência de informações, a autora disponibiliza os mesmos quando solicitada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se a análise dos resultados com a realização das entrevistas feitas com a equipe diretiva, ou responsáveis pelas Empresas Juniores que integram o presente estudo esclarecendo que cada uma delas segue os seguintes critérios apontados:

- ❖ São constituídas e identificadas como Empresas Juniores.
- ❖ Todos os participantes entrevistados concordaram em responder voluntariamente à pesquisa.

Atualmente a UFLA tem em seu portfólio 16 EJs, e dentre estas foi possível entrevistar representantes de oito destas empresas. Observou-se após um estudo individualizado, que EJs que estão vinculadas a cursos que mexem com resíduos sólidos e impactos diretos ao meio ambiente, em sua maioria possuem projetos e uma preocupação com o impacto ambiental. Mas as empresas que lidam com diversos cenários que não estão diretamente ligados ao meio ambiente, estas não tem inseridos em seus projetos, contextos, documentos, nada sobre uma consciência sobre as questões ambientais. Deve ser ressaltado que, ao final das entrevistas, foram questionadas sobre o quão preparadas elas estavam para serem inseridas no mercado de trabalho e para lidarem com questões sustentáveis em um âmbito ambiental ou socioambiental e de forma unânime, nenhuma se sentiu preparada para trabalhar futuramente com essas questões. Esperava-se que nas EJs houvessem uma Educação Ambiental, afim de preparar os discentes para o mercado de trabalho, mas como foi comprovado pelas respostas dos representantes, eles não se sentem preparados.

Das 08 Empresas Juniores entrevistadas:

- Cinco das EJs estavam vinculadas a cursos que não mexem com resíduos e impactos diretos para o meio ambiente, ou não estavam ligadas a cursos da área do meio ambiente;
- Duas das EJs eram de cursos que mostraram que possuem projetos de cunho ambiental, devido o descarte de resíduos na natureza e por serem empresas diretamente ligadas a cursos ambientais;
- Uma EJ era de um curso voltado para área ambiental, mas não se tinha até então nenhum projeto, preparação ou preocupação sobre as questões ambientais;
- Todas afirmaram que se sentem inseguras para estarem inseridas no mercado de trabalho e lidar direta ou indiretamente com as questões ambientais. Todas EJs se mostraram interessadas e abertas para aprenderem e posteriormente estarem trabalhando com questões ambientais no ambiente de trabalho.

Desse modo, parte-se ao entendimento de que, mesmo que a formação de uma Empresa Júnior seja dinâmica, podendo esta ser constituída por diferentes departamentos, na sua constituição básica deve obrigatoriamente haver a tríade de departamentos apresentada abaixo (Figura 2):



FIGURA 2. Estrutura básica de uma Empresa Junior.

Fonte: Autores

Nesse contexto, é importante ressaltar que conforme mostrado pelos respondentes, as EJs chegam a se envolver com ações de cunho social e que são relevantes para a comunidade, seja acadêmica ou geral, contudo, o que se percebe na fala dos participantes é que esse processo de envolvimento é em muitos casos esporádicos, ou mesmo pontual.

Assim, não há uma ação, mesmo que seja de natureza sazonal, que faça parte do currículo de forma fixa. Para este ponto, chama-se atenção para o fato de que ao ter um rotativo considerável na sua equipe diretiva, é complexa a elaboração de um calendário que atenda demandas sazonais ou derivadas de um plano logístico que de fato integre a EJ em uma ação dessa natureza.

Mesmo assim, como foi dito anteriormente, há por parte dessas organizações o entendimento e o envolvimento com ações de cunho social e de cunho ambiental tais como:

- ❖ Campanha do agasalho;
- ❖ Plantio solidário de árvore em campos e parques;
- ❖ Doações de modo geral;
- ❖ Participação ou realização de palestras a ações desse tipo;
- ❖ Delegação de apoio a ação referentes ao bem-estar e qualidade de vida.

Conforme se tem em Lessa (2018), o que se entende agora como a responsabilidade socioambiental, trata-se na verdade de uma alteração necessária que procura

encontrar soluções para a forma como resíduos são descartados, objetivando encontrar novos caminhos que apontem para sua reutilização e aumento de sua vida útil, impactando assim de modo positivo no processo de reaproveitamento dos resíduos produzidos pela ação de descarte, influenciando positivamente no processo de preservação ambiental.

Galeno (2017) ao falar sobre essa responsabilidade por parte das empresas, implica falar na questão do desenvolvimento sustentável, isso porque todo esse processo logístico se justifica com a forma de como o desenvolvimento socioambiental se desenrola na sociedade moderna como um todo. Pois a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico de uma sociedade são pressupostos para o desenvolvimento socioambiental. Neste patamar, é necessário reconhecer que o desenvolvimento de forma saudável deixou de ser um conceito abstrato ou distante, tornando-se, na prática, uma tendência consolidada e uma exigência para se adequar à realidade atual. A reflexão sobre a preservação ambiental e sobre a relação entre o ser humano e a natureza, em um cenário marcado por constantes transformações, tornou-se uma necessidade científica, servindo como pressuposto para compreender um campo ainda incerto que se desdobra à frente.

Considerando que o comportamento humano tem se transformado em resposta às mudanças econômicas, sociais e tecnológicas, percebe-se uma lenta, porém constante, alteração na maneira como as pessoas enfrentam questões urgentes para a preservação do meio natural. A assimilação de novos conceitos e posturas, tanto em empresas quanto na sociedade em geral, relacionada ao ajuste comportamental, tem se mostrado essencial para a efetiva conservação ambiental (MUÁ, 2016).

Nesse contexto, Lessa (2018) ressalta que a preservação não se limita a evitar queimadas, desmatamento ou poluição. Tais práticas, embora amplamente abordadas, não deixam claras as medidas concretas necessárias para sua efetivação. Assim, torna-se pertinente reforçar que ser sustentável e agir de forma responsável em relação ao meio ambiente envolve também ações cotidianas, como o descarte adequado de produtos potencialmente prejudiciais à preservação ambiental.

Tendo em vista a necessidade de debater essa temática, compreende-se de acordo com o discutido por Bosquesi (2018) que há no contexto atual, a necessidade de se incentivar constantemente a prática de reciclagem e de se seguir uma legislação que oriente o posicionamento a ser tomado, buscando a preservação ambiental e a qualidade de vida associada a essa, tendo como meio de ação, medidas que visam dar mais efetividade e funcionalidade a itens, no intuito final de juntar preservação e melhoramentos no campo laboral de forma geral, com uma postura humana que preserve o meio em que se vive. A relação entre o homem e a natureza implica a necessidade de um equilíbrio nas ações, como pressuposto para uma

convivência saudável na Terra. Esse equilíbrio resulta de interações equilibradas, nas quais o consumo deve ocorrer em conformidade com o que a natureza oferece, permitindo que os resíduos gerados possam ser reintegrados de forma eficiente ao meio ambiente.

No plano teórico, essa relação, que deveria ser harmônica, torna-se abusiva quando o homem busca criar “próteses” que facilitam sua existência, explorando múltiplos recursos e desequilibrando a interação com a natureza. Ren (2020) observa que, ao abordar o capitalismo selvagem, relações de consumo exageradas e predatórias, a crítica não se dirige ao sistema de governo, mas sim ao comportamento destrutivo de uma parcela significativa da população, que utiliza excessivamente recursos essenciais e descarta resíduos de longa decomposição, comprometendo a qualidade de vida e colocando em risco recursos vitais.

O fenômeno da globalização intensificou as relações comerciais entre nações. Muá (2016) destaca que, historicamente, essas relações já existiam, como nas grandes navegações, mas atualmente configuram-se como um elemento central da organização global contemporânea, com transações resguardadas por acordos formais, minimizando riscos para as partes envolvidas.

A falta de incentivo ao consumo consciente e ao uso moderado de recursos ambientais tem impactos globais, como o aquecimento global, já presente no cotidiano de todos. Almeida (2020) aponta que a modernidade trouxe relações financeiras em constante reestruturação, promovendo ainda mais o comportamento consumerista. Nesse contexto, as transações comerciais, incluindo exportação e importação, são impulsionadas por uma demanda intensa de consumidores em busca de satisfação imediata.

Lessa (2018) reforça que o mercado, tanto nacional quanto internacional, busca ajustar-se a um modelo consumerista capaz de conscientizar sobre a necessidade de mudança de hábitos. Entretanto, a implementação de novas posturas exige um processo de reeducação comportamental, o que torna sua consolidação lenta e desafiadora.

É importante ressaltar que a adoção de uma nova postura sustentável não implica abandonar os avanços que facilitam a vida em sociedade. Pelo contrário, é possível progredir de maneira harmônica com a preservação ambiental, utilizando a razão para equilibrar o consumo humano e os recursos naturais. Nemoto e Souza (2016) confirmam que a consolidação mercadológica pode coexistir com a preservação ambiental, desde que as organizações eduquem seus consumidores sobre novas práticas sustentáveis.

Bosquesi (2018) enfatiza que apenas por meio da ressignificação de valores é possível modificar o comportamento de consumo, que muitas vezes é focado na aquisição rápida e no descarte imediato de produtos. Nesse contexto, mesmo ações voltadas à preservação ainda não são suficientes para consolidar uma cultura de sustentabilidade.

Gigante (2016) destaca que a indústria de eletrônicos e de tecnologia da informação está em plena expansão global, o que aumenta o descarte de produtos, agravado pela rápida obsolescência e pela toxicidade desses materiais. Assim, é imprescindível considerar o impacto desses resíduos tanto no meio ambiente quanto na saúde humana.

Diante disso, a formação de uma consciência de preservação requer a ressignificação de valores, aliada a um modelo econômico que contrarie hábitos consumeristas arraigados. Martins et al. (2016) segmentam esse processo em quatro pilares, apresentados em um fluxograma didático (Figura 3), que permite compreender melhor as etapas para a construção de uma postura ambientalmente responsável.

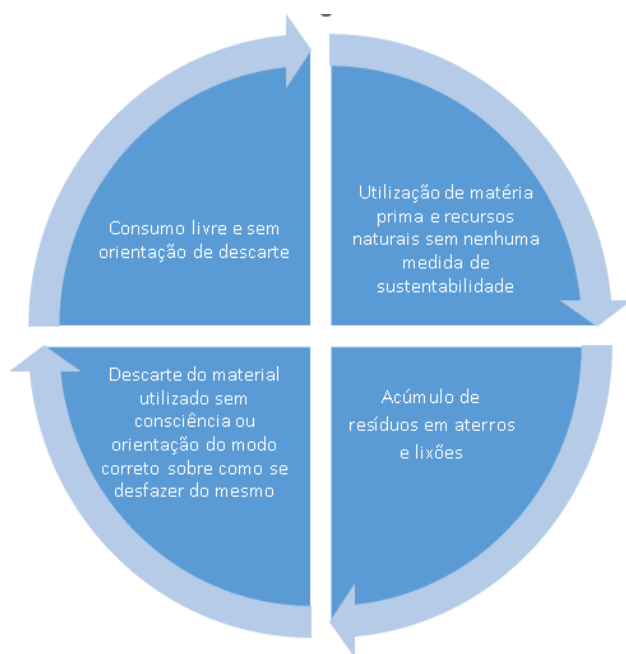


FIGURA 3: Fluxograma Ciclo Consumista.

Fonte: Adaptado de Martins et al. (2016).

A partir da análise do fluxograma, compreende-se que, sem romper o ciclo de consumo ao qual grande parte da sociedade está habituada, não é possível consolidar uma postura efetivamente fundamentada na sustentabilidade e na preservação ambiental, considerada essencial para todos. Defende-se, portanto, que a preservação do meio ambiente não exige a adoção de um novo modelo econômico; aderir a sistemas socialistas ou comunistas, por exemplo, não garantiria resultados eficazes nesse sentido.

O principal fator que inviabiliza tais propostas é a morosidade na implementação de novos modelos comportamentais. Não se trata apenas de questões técnicas, mas de adequação cultural e de hábitos arraigados, cujo processo seria extremamente lento. Assim, se o objetivo é promover a preservação, medidas superficiais e comprovadamente ineficazes não devem ser priorizadas.

É evidente que a gestão desse tipo de resíduo exige mais do que ações pontuais voltadas à imagem pública ou ao marketing político; é necessário que as medidas sejam eficientes, funcionais e capazes de gerar respostas concretas quanto ao descarte adequado. Martins et al. (2016) enfatizam que iniciativas voltadas à preservação não devem ter como objetivo principal a divulgação de uma “postura ambiental” para atrair clientes, mas sim a proteção efetiva dos recursos naturais.

Mua (2016) reforça que, ao observar os índices globais de poluição e a existência de grandes nações sob modelos econômicos distintos do capitalismo, conclui-se que o problema não reside no sistema econômico em si, mas no desconhecimento da população sobre seu próprio impacto ambiental.

Boquesi (2018) ao falar sobre o ciclo de vida dos produtos, enfatiza a necessidade de se compreender que, a durabilidade estrutural do produto não é o fator questionável nesse aspecto, o que é necessário discutir nesse caso, é a funcionalidade do produto no contexto social e econômico em que ele se enquadra. Ou seja, um produto pode ainda ter a sua robustez e estrutura em perfeito estado, mas se tornar disfuncional para certo tipo de uso, em decorrência do surgimento de outro produto semelhante, porém, com mais funções e agilidade.

Pensar sobre o ciclo de vida de produtos não tem mais relação direta com a durabilidade destes. Obviamente que ainda é escopo de quem consome e de que produz, a disposição de produtos de qualidade, que respondam com eficiência às necessidades para as quais foram criados. Contudo, o conceito de durabilidade passa a ser compassadamente substituído por funcionalidade/utilidade.

Em Nogueira (2017) se encontra a designação de que, com o avanço tecnológico que vem ocorrendo de forma dinâmica e ininterrupta é comum que produtos tenham uma vida útil cada vez menor em decorrência da delegação de funções

que se aplica a uma nova versão deste mesmo produto, fazendo com que suas versões anteriores se tornem, se não obsoletas, ultrapassadas em relação a necessidade do consumidor final. Nogueira (2017) ainda destaca que a produção de lixo eletrônico é um dos fatores ambientais mais relevantes quando se discute preservação, sustentabilidade e comportamentos sobre o uso dos recursos naturais.

Nesse contexto, a sustentabilidade assume um papel central e precisa ser reforçada com maior ênfase nos dias atuais. O reaproveitamento e a reutilização de materiais configuram-se como estratégias fundamentais para a preservação ambiental e para o uso consciente das matérias-primas disponíveis.

Indo ao que se tem exposto em Gigante (2016), passa-se a entender que, a questão da responsabilidade, no âmbito nacional, ainda se encontra em fase de estruturação, isso porque, esse comportamento ainda é novo no cenário nacional. A cultura vigente no país ainda se refere ao descarte sem um fim específico, onde somente se descarta com o foco de se livrar do que não mais está em uso.

No entanto, é esse comportamento que precisa ser combatido de todas as formas e reorientado para uma postura de destinação correta do produto que se tornou obsoleto. Para tanto, a ideia de responsabilidade socioambiental precisa ser tratada no âmbito nacional, como uma realidade e não mais como um ideal utópico que funciona somente em países de primeiro mundo. É nesse caso, urgente que passe a se proliferar na comunidade a ideia de que a destinação correta para resíduos produzidos seja no plano singular ou coletivo, é de responsabilidade da comunidade em conjunto com o estado e não só do estado.

O campo de atuação das empresas evoluiu de um enfoque restrito, voltado apenas à distribuição física de matérias e produtos, para uma visão mais ampla, considerando toda a cadeia de suprimentos, incluindo compras, administração de materiais e distribuição. Assim, a responsabilidade socioambiental não se limita a uma função específica, como Marketing ou Operações, mas representa, de fato, uma área integradora desses distintos enfoques. Essa transformação se intensificou na década de 1990, com a liberalização comercial e a globalização produtiva e financeira, promovendo maior qualidade e eficiência nos sistemas logísticos.

Mua (2016) destaca que a responsabilidade socioambiental é um tema relativamente recente na gestão contemporânea, apresentando conceitos e abordagens diferenciadas em relação às relações de consumo globalizadas. No contexto capitalista atual, observa-se que o consumo contínuo e o descarte frequente de itens de uso pessoal e coletivo são práticas recorrentes.

Martins et al. (2016) ressaltam que a falta de comprometimento com a preservação ambiental está diretamente relacionada à compreensão de termos essenciais à

responsabilidade socioambiental, como sustentabilidade, reciclagem, consumo responsável, preservação de recursos naturais, reutilização e compromisso social. Nesse sentido, a atuação das Empresas Júniores também deve estar conectada a esses princípios, refletindo seu papel na promoção de práticas sustentáveis e na formação ética e ambiental de seus participantes. O mesmo autor segue conceituando que: *"Essa ação também atende à demanda de produtos que não podem ser armazenados de qualquer maneira sem seguir os procedimentos adequados e a sua forma correta de descarte"*.

Assim sendo todo esse comprometimento compreende também o descarte e reutilização de determinados produtos que possuem um agente poluidor mais prejudicial ao meio ambiente. Com isso, pode-se constatar que dentre suas funções, a principal característica da responsabilidade das empresas é a de zelar por recursos naturais sem comprometer o consumo da comunidade e, sem gerar prejuízos às organizações (NOVAIS 2017).

Na atualidade, diversos impactos ambientais são decorrentes das ações humanas. O consumismo, a cultura de produtos descartáveis e a falta de cuidado com o ambiente em que se vive facilitam a ocorrência de danos ambientais de grande escala e, em alguns casos, irreversíveis (Nascimento, 2018).

Bosquesi (2018) ressalta que há uma urgência na preservação ambiental, a qual deve ser atendida por ações práticas que, em curto prazo, minimizem os impactos e, em longo prazo, eduquem os indivíduos sobre a forma adequada de agir em relação à sua comunidade. No âmbito empresarial, é evidente que a atuação das empresas constitui um fator diferenciador significativo na promoção da conscientização ambiental.

Compreende-se, portanto, que é essencial que o indivíduo desenvolva consciência sobre a necessidade de mudança. Quando as empresas incorporam esse entendimento, observa-se que cada uma, ao assumir responsabilidades socioambientais, influencia seus consumidores, disseminando comportamentos que reforçam a preservação ambiental (MIRANDA *et al.*, 2019).

As ações mercadológicas com foco ecológico demonstram que é possível sensibilizar os consumidores e incentivá-los a se preocupar com seus próprios atos. Quando essas iniciativas são divulgadas de forma constante, a empresa consegue engajar diretamente seu público, promovendo atitudes coerentes com a preservação do meio ambiente e com o bem-estar da comunidade (MARINS, 2016).

No contexto das Empresas Júniores, a responsabilidade socioambiental deve ser compreendida como central. Isso inclui a preservação ambiental e a atuação responsável quanto ao descarte incorreto de materiais, buscando reduzir ao máximo

os impactos negativos sobre o meio ambiente e reforçando a consciência coletiva sobre práticas sustentáveis.

Com a promulgação da Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) o país passou a enfrentar de forma prática, o descarte indevido de resíduos sólidos no meio ambiente, o que agravava ainda mais a condição calamitosa em que se encontra o meio ambiente natural nacional. A referida lei possui importantes instrumentos para combater problemas ambientais que acabam afetando situações de ordem econômica e social (BRITO; LOUREIRO 2018).

Em linhas gerais, a PNRS procura trabalhar a redução de resíduos, e procura tornar um hábito o consumo sustentável com o foco de reduzir a produção desse tipo de resíduo no meio ambiente, incentivando ao mesmo passo, o descarte consciente destes.

Em Mua (2016) se pode ver conforme o entendimento dos autores, que, a PNRS, tende a definir o gerenciamento de resíduos sólidos como sendo um conjunto de ações que são executadas de forma direta ou indireta em ações de:

- ❖ Transporte
- ❖ Coleta
- ❖ Transbordo
- ❖ Tratamento de resíduo
- ❖ Destinação final ambientalmente correta

O autor também segue enfatizando que a gestão de todos esses processos devidamente contempladas na PNRS, possibilita um olhar diferenciado sobre a gestão de resíduos sólidos, e dá voz ao fato de que é necessário que se adote uma postura de preservação e que esta faça parte do estado e de suas normativas, como modo de fomentar fatores como a sustentabilidade e o consumo responsável.

Pereira (2018) destaca que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) não deve ser compreendida apenas como um conjunto de normas que estabelece o que pode ou não ser feito. É necessário encarar essa legislação como um instrumento capaz de reorientar a postura humana, reforçando a responsabilidade de cada indivíduo em relação à preservação do planeta. Perceber a PNRS como um elemento legal que normatiza uma postura somente, é invalidar a eminência de adoção de um novo modelo comportamental que precisa ser tido como válido nesse novo mundo que se desenha. Reconhecer a sua validade, relevância e indispensabilidade é também reconhecer a efetiva responsabilidade de todos no que se refere à preservação ambiental (ANDRADE, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse panorama, entende-se que não existem ações realizadas pelas empresas que fizeram parte desta pesquisa, voltadas especificamente para uma postura de responsabilidade socioambiental. Há o consenso de que todas as organizações são conscientes da necessidade de adoção desse papel frente a comunidade.

Nesse cenário, é importante que se avalie o fato de que as EJs, por meio de seus representantes, têm a consciência de sua já demarcada responsabilidade socioambiental. E também a consciência da inação a respeito desse fato em muitos aspectos, perdura a certeza e comprometimento em estar alinhado, ou de estar se alinhando às demandas de responsabilidade e de preservação do meio ambiente, mesmo que a partir de pequenas ações.

Por esse motivo é que se nota que há o engajamento dessas organizações em ações de cunho social e demais ações como as citadas ao longo desse texto, com o intuito de fazer com que seu papel social enquanto organização seja minimamente cumprido.

Ao se finalizar esse trabalho, se tem a certeza de que, conforme os escopos e valores da educação ambiental, é possível notar que o primeiro passo para a adoção e execução de uma postura socioambiental, eficiente e coesa com as demandas sociais é a conscientização. Nesse sentido, se deixa claro aqui que no decorrer das entrevistas realizadas, mesmo nos casos em que a falta de ação para com a execução de medidas de natureza socioambiental sejam minimalistas e em alguns casos até mesmo inexistentes, o que se tem claro é o fato de que, a partir dessas ações, se tem a oportunidade de dar o passo inicial que consiste na conversa, na discussão de ações que podem ser representantes dos primeiros passos para a consolidação das ações que representaram futuramente a postura de responsabilidade socioambiental dessas empresas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA: V. F.; **Ambientalização das Instituições de Ensino Superior: realidades e potencialidades da A3P no Instituto Federal do Amazonas**. Universidade Federal do Amazonas Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação. Manaus. Amazonas . 2020.

ANDRADE, V. **Ecologia para Ler, Pensar e Agir: Ética e EA para Todas as Idades**. São Paulo: Paulus, 2009.

ANDRADE, D. F. **Sustentabilidade e Responsabilidade Social** volume 3. Belo Horizonte – MG: Poisson, 2017 255 p.

BARRETO, L. M. P. A.; SILVA, S. A. H.; PÁDUA, S. M. **A contribuição da Educação Ambiental no processo de gestão ambiental em indústria petroquímica**. ANPPAS: Brasília, 2013.

BOSQUESI, R. M. **Lixo Eletrônico e Seus Impactos aos Recursos Hídricos**. Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade – v.13 n.7 – 2018

BRASIL JÚNIOR. **Conheça o MEJ**. 20, 2014. Disponível em: Acesso em: 10 Junho. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. **Diário Oficial da União**, DF, 25 de maio de 2012. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Parâmetros em Ação, meio ambiente na escola: Cadernos de apresentação**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão socioambiental nas universidades públicas: A3P/Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública**. – Brasília, DF: MMA, 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Secretaria de Administração. Guia de contratações sustentáveis do MPF**. – Brasília: MPF, 2016

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região **Manual de licitações sustentáveis da Justiça Federal da 3ª Região**. São Paulo: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 2016. 27p.

BRASIL: **Diagnóstico Ambiental e Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Estado Do Rio Grande Do Sul Poder Judiciário Tribunal De Justiça. 2015.

BRASIL: Ministério da Ciência Tecnologia, Inovação e Comunicações. **Comissão de Gestão Ambiental e Logística Sustentável Relatório Geral de Atividades (2013-2018)**. Itajubá/ MG. Agosto 2019.

BRITO, E. E. L.; LOUREIRO, V. A.; SILBEIRA, M. **A Utilização da Logística Reversa em Micro e Pequenas Empresas de São Gonçalo Do Amarante/RN**. XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia De Produção. Maceió. 2018

CARVALHO, L.M. **A temática ambiental e a escola de primeiro grau**. Doutorado em

Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DALMORO, M., TRINDADE, L. L., VISENTINI, M. S., & LOBLER, M. L. **As Empresas Juniores como Fomentadoras do Espírito Empreendedor em Instituições de Ensino Superior**. In: XXV SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2008.

FERREIRA, C. P., GONZALEZ, M. H.; TOZONI-REIS, M. F. C. **Sobre educar e transgredir**. Editorial. Ciênc. Educ., Bauru, v. 25, n. 1, p. 3-4, 2019. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132019000100003

FERREIRA, V. S. **Artes e manhas da entrevista compreensiva**. Lisboa, Portugal, 2010.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.

GALENO, S. B. **A Gestão e a Responsabilidade Socioambiental Na Justiça Eleitoral, Brasil**. Universidade de Pernambuco - UPE Faculdade das Ciências da Administração – FCAP. Recife, 2017

GIESTA, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. (Cabral, L. C., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 2004) 2009

GIGANTE, L. C., 1986- G367 Gig **Políticas de regulação e inovação: reciclagem de resíduos** / Luciara Cid Gigante. – Campinas, SP: [s.n.], 2016. GigOrientador: Leda Maria Caira Gitahy. GigTese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. 2016

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papius, 2014.

JÚNIOR, A. C. **Educação Ambiental e as empresas: um caminho para a sustentabilidade**. **Educação ambiental em ação**, n. 24, 2008. Disponível em: . Acesso em: 04 de maio de 2021.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7. Ed.-São Paulo: Atlas, 2010.

LEONARD, K. **Contribuição à crítica da economia política**. (Fernandes, F., Trad.). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. (Original publicado em 1859). 2011

LESSA, Y. F. **A Importância da Reciclagem dos Resíduos Eletrônicos no Brasil**. Universidade Federal Fluminense - UFF Faculdade De Administração, Ciências Contábeis e Turismo Niterói, RJ 2018

LOUREIRO, C. F. B. (2006). **Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental**. Educ. Soc., 27 (94), 131-152.

MACHADO, F. S.; GUIMARAES, J. C. C.; BORGES, L. A. C.; RESENDE, J. L. P.; CORREA, B. S. Será que a temática da caça no Brasil tem recebido a atenção necessária?. **Revista Agrogeoambiental**, v. 5, p. 49-60, 2013.

MARINS, P. A. S. **Logística Reversa: Uma Responsabilidade Social e Sustentável na Empresa**. Universidade Cândido Mendes AVM – Faculdade Integrada Pós-Graduação Lato Sensu. Rio de Janeiro 2016

MARTINS, R. F.; OLIVEIRA, N. M. T.; FRANCISCO, I. M. M. M. ANDRADE, A. V. A. **Logística Reversa do Lixo Eletrônico: Um Estudo Sobre o Acúmulo de Cartuchos de Toners Vazios de Impressoras Utilizadas no IFAM – Campus Parintins**. ISSN: 1696-8352 - Brasil – Julho 2016

MATOS, B. G. **Planejamento Ambiental para Professores da Pré- Escola a Terceira Série do Primeiro Grau**. Novo Hamburgo: Editora e Gráfica Ottomit, 1997.

MATOSKI A., FRANÇA, J.M. **Proposta para parcerias entre Empresa Júnior e Hotel Tecnológico**. In: XXXIV COBENGE, 2006, Passo Fundo. *Anais...*Passo Fundo, 2006.

MININNI, E. **Ciência com consciência**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MIRANDA, B.; MORETTO, I. M.; MORETO, R. **Gestão Ambiental nas Empresas**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP. 2019.

MOTTA, M. J. **A educação ambiental nas empresas e o sistema de gestão ambiental**. 2000 - Acesso em 10/01/2021. REIGOTA, M. **El estado del arte de la educacioón ambiental en Brasil**. Tópicos en Educación Ambiental, México, v. 4, n.11, p. 49-62, ago. 2002.

MOURA, E. **Saber Ambiental Sustentabilidade Racionalidade Complexidade Poder**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MUA, C. T. B. **Emissões de Gases de Efeito Estufa na Rotina Forense: o Caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação Especialização em Direito Ambiental Nacional e Internacional. Porto Alegre 2016

NASCIMENTO, C. R. G. **Logística reversa de resíduos sólidos** / Carlos Renato Garcez do Nascimento, José Roberto Borghetti, Senai. Departamento Regional do Paraná. Curitiba: Senai, 2018.

NEMOTO, M. C. M. O.; SOUZA, A. R. S. **Logística Reversa: Um Estudo de Caso em um Grupo de Estabelecimentos Comerciais Localizados no Município de Osasco - SP** revista UNIFEDE. 2016

NOGUEIRA: J. G. **Destinação Final Ambientalmente Adequada de Automóveis em Fim de Vida no Brasil: Perspectivas Atuais e Desafios Para a Reciclagem Automotiva - Estudo de Caso em Belo Horizonte**. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais Departamento de Ciência e Tecnologia Ambiental Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária. Belo Horizonte 2017.

NOVAIS: M. C. **Estudo da Logística Reversa no Ambiente Agroindustrial**. Universidade de Brasília Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Brasília-DF, Julho/2017.

OLIVEIRA, N. M. **Histórico da Educação Ambiental Internacional SIBEA**. 2017

PEREIRA, R. S. C. **Logística reversa de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos: proposta de indicadores de monitoramento para órgãos ambientais**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RAMALHO. F. **A Empresa Júnior no Brasil e no Mundo: o conceito o funcionamento a história e as tendências do movimento EJ**. Martin Claret, São Paulo 2015

REN, R.; HU, W.; DONG, J.; SUN, B.; CHEN, Y.; CHEN, Z. **A Systematic Literature Review of Green and Sustainable Logistics: Bibliometric Analysis, Research Trend and Knowledge Taxonomy**. Int. J. Environ. Res. Public Health 2020.

ROCKSTRÖM. M. **O estado da arte da educação ambiental no Brasil**. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2003. (Relatório de Pesquisa). 2009.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001: Sistemas de gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2005. <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?tab=00002&newsID=a8452.htm&subTab=00120&uf=&local=&testeira=453&l=&template=&unit=ANY%20> Acesso 18 de junho de 2021.

SILVA, V.A. SILVA, A.P. FRANCO. **Como Aprendem os Empresários Juniores no Brasil: Um Estudo Quantitativo sobre as Modalidades de Aprendizagem Organizacional**. Revista Gestão e Planejamento, 14 (3) (2013), pp. 372-388.

THOMAZ, C. E. **Educação Ambiental na Formação Inicial de Professores**. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2016.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Formação dos educadores ambientais e paradigmas de transição**. *Ciência & Educação*, 8 (1), 83-96. 2019.

VASQUEZ, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2012.

VELASCO, S. L. **Algumas reflexões sobre a PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº9795 de 27/04/1999)**. *Revista de Educação Ambiental da FURG*, v.8, jan/jun. 2017.

VERGARA, S. C.. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Editora ATLAS, 2000.

ZILIOOTTO, D. M., BERTI, A. R. **A aprendizagem do aluno inserido em Empresa Júnior**. *Conexão UEPG. Feevale*. Novo Hamburgo, p. 210-217, 2012.